RECENSÕES

LEGROS, Robert - *Le jeune Hegel et la naissance de la pensée romantique*, Bruxelas - Paris, Ousia-Diffusion Vrin, 1980, 320 pgs.

Partindo do comentário do famoso **Fragmento de Tübingen** (datado de 1792-1793, ao termo de estadia de Hegel no **Stift** daquela cidade e cuja tradução francesa anotada é apresentada em apêndice), R. Legros empreende um estudo das categorias fundamentais do pensamento romântico que começava a dominar a vida intelectual e espiritual da Europa nos fins do séc. XVIII. O livro de Legros tem em vista dois objetivos importantes: o estudo minucioso e documentado de um aspecto do pensamento do jovem Hegel cuja importância fôra pouco ressaltada até agora; e a elucidação de alguns dos traços fundamentais da chamada onto-teologia romântica que se propôs um momento como alternativa radical à onto-teologica clássica ou à visão racionalista do mundo. Ora, é inegável que a marca do romantismo permanece indelevel no Hegel da maturidade, mesmo após a superação especulativo-dialética da intuição romântica, e continua a fazer-se presente no pensamento pós-hegeliano, sobretudo no marxismo. Por outro lado, a presença do romantismo em nossos dias, sobretudo no domínio político, é de tal maneira evidente que poucos se dão ao trabalho de refletir sobre esta face da nossa atualidade. Daqui o interesse de um livro como o de R. Legros. Podemos lê-lo seja como uma contribuição aos estudos hegelianos, seja como pesquisa das raízes de alguns dos temas e problemas que dominam nosso horizonte cultural.

Como se poderia caracterizar esse espírito romântico destinado a exercer influência tão profunda na cultura do Ocidente e a invadir todas as suas manifestações (p. 187)? Pela sua própria natureza, o Romantismo é infenso a uma expressão sistemática, mas é possível encontrar no pensamento romântico alguns questionamentos fundamentais que o definem em oposição aos postulados básicos do racionalismo clássico. Eis como Legros os enumera: na Estética é questionado o Belo como imitação de uma ordem ideal e universal; no Direito é questionado um direito que corresponda a uma natureza humana universal; na História é a idéia de progresso que é posta em questão, na Economia política o liberalismo econômico, na Religião o pretendido acordo da religião e da razão; na Pedagogia questiona-se o aprendizado "livresco", na Moral os princípios e normas universais, na Ciência os modelos mecanicistas e na Política, enfim, o "estado da necessidade" (**Notstaat**) fundado na universalidade do contrato social. Em suma, é toda a ordem racionalista tal como a proclamara o século XVIII que o Romantismo entende recusar, e essa recusa atinge em primeiro lugar, a primazia do universal sobre o particular, da humanidade sobre o indivíduo, da razão sobre a sensibilidade. A sensibilidade particular torna-se, por sua vez, sensibilidade **espiritual** (numa rejeição radical da oposição clássica entre sensibilidade e razão) e apresenta-se como o lugar de manifestação do todo e de integração no todo. Intuição e sentimento são os momentos desse movimento de recuperação do indivíduo e de reafirmação da vivente totalidade — a Natureza romântica —

na qual ele se insere. Eis a razão do privilégio da intuição religiosa e da intuição estética entre as formas do pensamento romântico.

Hegel enfeixou esses temas nas suas anotações conhecidas como "fragmento de Tübingen", tomando como fio condutor a reflexão sobre a religião que, nessa mesma época, ocupava as atenções de Kant em **A Religião dentro dos limites da simples Razão** e de Fichte no **Ensaio de uma crítica de toda revelação**. Mas, ao concentrar sua discussão em torno do problema da "religião do povo" (**Volksreligion**), Hegel se afasta desde então da perspectiva "ilustrada" dos seus dois predecessores, e se move já no terreno do nascente pensamento romântico. Ele opõe "religião subjetiva" e "religião objetiva", essa submetida às regras abstratas do pensamento teológico, aquela unindo sentimento e intuição na expressão do espírito livre de um povo e da sua religião. É verdade que o jovem Hegel se propõe também responder à questão fundamental da Ilustração tal como a haviam formulado os grandes **Aufklärer** alemães do seu tempo: como tornar a humanidade melhor, isto é, mais adulta? Ele reconhece a importância da educação pelo entendimento, preconizada pela Ilustração mas, já nesse fragmento da primeira juventude, tende a dar forma à oposição entre o Entendimento abstrato e o que aqui se exprime como sensibilidade vivente que une ser e dever-ser (ver p. 53) e, mais tarde, se definirá, como Razão (**Vernunft**) num sentido propriamente hegeliano.

O conteúdo do livro de Legros acompanha essa temática em três grandes capítulos que estudam: 1. a superação da ruptura entre razão e sensibilidade. Esse primeiro capítulo é um longo e judicioso comentário do "Fragmento de Tübingen", do qual emerge o problema fundamental que ocupará, a partir de então, o pensamento do jovem Hegel: como superar a "positividade" (ou seja, o aspecto legalista e normativo da religião), respeitando a um tempo as exigências universais da razão prática e a originalidade da "sensibilidade espiritual"? 2. O nascimento do romantismo religioso, acompanhado através da querela que opôs Jacobi a Lessing e Mendelssohn a propósito da interpretação de Espinoza, conhecida como "querela do Panteísmo", (1785-1786) e que irá reacender-se em Iena, nos fins do século, tendo Fichte como personagem central. Após uma exposição dos princípios da **Aufklärung** que inspiram Lessing e Mendelssohn e uma longa análise da crítica de Jacobi, esse segundo capítulo estuda os ecos dessa querela na formação do pensamento de Hegel, sobretudo nos escritos do período de Frankfurt (1796-1800), quando o jovem Hegel dá um passo a mais para se afastar do racionalismo da **Aufklärung** e tenta pensar e desenvolver a idéia de uma religião que encontre na Beleza sua essência autêntica e de uma Beleza que se realize perfeitamente na religião (p. 123 sgs.). Essa idéia, como é sabido, encontrará sua expressão final no chamado **Fragmento de um Sistema** (1800), que assinala o termo da evolução do jovem Hegel e o último traço da presença da onto-teologia romântica que será superada no Sistema da maturidade, a partir dos anos de Iena. 3. O terceiro capítulo, finalmente, estuda o nascimento do romantismo político e seu influxo no pensamento do jovem Hegel. Aqui também o ponto de partida é a crítica da **Aufklärung** e da sua idéia de

uma sociedade universal ou cosmopolita à qual o homem pertence como ser racional e para a qual ele é preparado pela ação pedagógica do Estado, fundado no contrato social e na universalidade dos direitos. O romantismo político reivindica para o Estado as mesmas propriedades da "religião popular". Ele é a totalidade vivente na qual o indivíduo se integra não em razão de um pacto associativo mas pelo sentimento ou a intuição que unem o fragmento ao todo. O Estado "mecânico", "artificial" ou, em suma, "racional", é denunciado em nome da totalidade histórica de um povo na qual o Estado aparece como uma espécie de "transcendência imanente" (p. 196 segs.), ou como uma obra de arte criada pelo "espírito de um povo". A essa concepção do Estado se prende a rejeição do evento revolucionário pelo romantismo político, o que não o impede de vir a juntar-se ao pensamento revolucionário, ao menos sob dois aspectos: na concepção de uma sociedade plenamente acabada e livre das divisões sociais, da coerção política e do conflito entre os cidadãos; no propósito de superação dessas divisões e desses conflitos pelo recurso, ao menos temporário, a um Estado autoritário e repressivo: preço a ser pago no caminho para a socialização total, alvo para o qual convergem romantismo político e revolução (p. 212-214). A única diferença é que, para o romantismo político a socialização total é um resultado **natural** e espontâneo, para o pensamento revolucionário é um resultado **dirigido** e voluntário. Desde esse ponto de vista a relação entre romantismo político e marxismo, tantas vezes discutida, é recolocada aqui numa nota importante, que se apoia em pertinentes análises de L. Kolakowski (p. 213, n. 50). O pensamento político de Hegel, de 1788 a 1800, ou seja, de Tübingen a Frankfurt, é atravessado pelas duas poderosas correntes da idéia revolucionária e da idéia romântica da vida política e do Estado. É esse um dado importante a ser levado em conta no estudo da evolução do pensamento político de Hegel. Entre a filosofia política clássica de inspiração aristotélica e a filosofia política moderna de inspiração jusnaturalista, o romantismo político desempenha um papel fundamental na gestação da síntese política hegeliana que se exprimirá na **Filosofia do Direito** dos anos de Berlim. Aí Hegel se entrega a uma crítica feroz da **escola histórica** do Direito, fruto genuíno do romantismo político. Em que medida terá ele mesmo superado as concepções fundamentais desse romantismo que agiram poderosamente sobre a formação do seu pensamento, como vem demonstrar R. Legros? Eis uma questão que permanece fora dos limites da investigação de Legros mas que não pode deixar de ser levantada ao termo do seu estudo. Ela somente pode ser respondida através de uma análise do pensamento político da maturidade de Hegel que leve em conta a procedência romântica de muitos dos seus problemas e, sobretudo, o seu esforço em recuperar a noção romântica de totalidade na noção de Espírito (**Geist**) manifestando-se num nível superior de racionalidade (além do sentimento romântico e do Entendimento racionalista), e em reconciliar, nesse nível, a liberdade subjetiva e a Lei (p. 248-252).

Mas a conclusão do livro de R. Legros merece ser evocada com particular ênfase, na medida em que nos coloca diante desse evento ideo-histórico de incalculável importância que

assinala a aurora da época contemporânea e ao qual o pensamento de Hegel está intimamente ligado, qualquer que tenha sido sua palavra final sobre a sua significação. Evento que se define como a emergência histórica de um projeto de sociedade apta a superar toda divisão e a se exprimir como totalidade realizada, levantado como bandeira seja pelo romantismo político, seja pela ideologia revolucionária. Nesse projeto está implicada a eversão radical da imagem tradicional da busca da verdade como itinerário que recomeça sempre: na sociedade perfeita realizada, a filosofia também se realizará, como profetizava Marx, ou a verdade se desvelará sem resíduos: não é esse o pensamento da **reconciliação** que animou os românticos e os revolucionários? Convém descobrir nele a premissa decisiva dos projetos totalitários do nosso século? Como quer que seja, um estudo como o de Legros nos ajuda a compreender alguma coisa do incrível entrecruzamento ideológico dos nossos dias, quando vemos o romantismo político apossar-se da militância das Igrejas cristãs e avançar rapidamente para identificar-se com a ideologia revolucionária na forma de uma intolerante consagração terrena do Reino de Deus aqui e agora, e a ideologia revolucionária, por sua vez, no seu projeto de eliminação radical da simbólica tradicional do sagrado, caminhar para a instauração desse espaço de um novo sagrado monstruoso e inumano no qual se move o socialismo totalitário, e que evoca as formas mais extremas da "totalidade" romântica.

Se as portas da idade contemporânea se abrem na época vivida por Hegel, o estudo das correntes de pensamento e ação que por ela se precipitaram e abriram caminho para um novo tempo adquire para nós a força de um imperativo de lucidez e consciência do nosso próprio destino. O livro de R. Legros vem confirmá-lo mais uma vez de forma sedutora e brilhante.

H. C. Lima Vaz

REALE, Giovanni - *Storia della Filosofia antica: I. Dalle origini a Socrate*, XXIV, 494 pgs., II. *Platone e Aristotele*, XVI, 468 pgs., III. *I sistemi della età ellenistica*, XX, 572 pgs., IV. *Le scuole dell' età imperiale*, XXIV, 702 pgs., V. *Lessico, indici e bibliografia*, XII, 604 pgs.

Não se trata de apresentar aqui uma recensão propriamente dita dessa obra monumental mas de assiná-la, tão somente, à atenção dos estudiosos e de refletir sobre a importância sempre atual do conhecimento da filosofia antiga para a inteligência verdadeira da nossa história e do nosso presente. G. Reale já se inscreve como um nome ilustre na brilhante tradição italiana de historiografia do pensamento antigo. Tendo-se feito conhecer com uma tese sobre a unidade da *Metafísica* de Aristóteles (1961), consagrou-se com a grande tradução comentada da mesma *Metafísica* (2 vols., 1968). A presente obra coroa vinte e cinco anos de ensino e pesquisa na cátedra de filosofia antiga da Universidade Católica de Milão. É a mais ampla, minuciosa e esauriente história da filosofia antiga que se situa no nível do estado atual da pesquisa, somente comparável ao chamado "Zeller do século XX", a

essa imensa *A history of Greek Philosophy* que W. K. C. Guthrie vem publicando na *Cambridge University Press*. Mas a obra de Guthrie entra no 6º volume com Aristóteles e não se lhe pode assinalar um termo previsível. Já a história de G. Reale está inteira à nossa disposição, cobrindo os 12 séculos percorridos pela filosofia antiga, da sua aurora na Jônia no VI séc. A.C. ao seu ocaso com o fechamento da escola de Atenas por Justiniano em 529 P.C. Uma das qualidades mais preciosas da obra de Reale é a riqueza e exatidão das referências bigliográficas, seja no que se refere à indicação das fontes, seja quanto à utilização da literatura secundária antiga (doxografia) e moderna. No 5º volume o autor põe à nossa disposição sua imensa erudição num instrumento de trabalho de inestimável valor. Esse 5º volume consta, em primeiro lugar, de um léxico e índice-repertório dos conceitos principais que sustentam o edifício conceptual da filosofia antiga (p. 3-294). Para esse trabalho Reale contou, entre outras, com a colaboração preciosa de Roberto Radice, que colaborou igualmente nas outras partes do volume. A primeira parte oferece ao leitor a possibilidade de situar-se com exatidão no complexo espaço semântico da linguagem filosófica antiga, fundamentalmente grega, mas levando em conta as correspondências latinas. É o solo profundo da cultura ocidental que é, assim, percorrido em todas as suas direções, e a simples leitura desse léxico substitui longas e penosas pesquisas e nos introduz verdadeiramente na terra natal dos conceitos e significações que ainda hoje dão coerência e unidade ao nosso mundo cultural.

A 2ª parte desse quinto volume não é menos preciosa. Trata-se de um elenco minucioso das escolas e dos pensadores antigos, onde se faz a recensão crítica da sua produção filosófica que chegou até nós e se estabelece uma bibliografia essencial que alcança até os fins da década de 70. Os problemas de atribuição são bastante complexos em se tratando da bibliográfica filosófica antiga e os critérios de G. Reale são, nesse campo, mais conservadores que inovadores, o que se compreende dada a natureza da sua obra. A bibliografia é, evidente mente, selecionada, com ligeira e natural preferência para a bibliografia italiana. Mas trata-se, enquanto se pode julgar, de uma seleção sumamente criteriosa e que nos coloca nas mãos um roteiro bibliográfico amplo e seguro, capaz de nos guiar firmemente nos infinitos meandros da literatura antiga e moderna sobre a filosofia greco-romana. Completa o quinto volume um índice completo dos autores antigos mencionados ao londos quatro primeiros volumes, com exata referência aos lugares citados das suas obras.

Como se disse no início, não é o lugar aqui para uma análise mais detida dos volumes de Reale ou para uma apreciação das suas posições críticas ou hermenêuticas no que diz respeito a cada um dos problemas e autores que se fazem presentes na sua grande obra. A crítica de Reale é, em geral, cautelosa e sóbria, e sua interpretação permanece numa linha tradicional, confirmando e acentuando as linhas da visão clássica da filosofia antiga, sobretudo dos seus grandes nomes como Platão e Aristóteles. É preferível assim, sobretudo numa obra destinada a nos introduzir no universo intelectual da filosofia antiga tal como o contemplou a grande tradi-

ção filosófica do Ocidente. Leituras audazes e revolucionárias dos textos clássicos, em geral mais brilhantes do que sólidas, satisfazem por um momento à moda filosófica e sofrem, quase sempre, de um irremediável arbitrário. A história da historiografia filosófica científica é recente, como é sabido, e data apenas dos fins do século XVIII. No que diz respeito à filosofia antiga ela só se constitui plenamente no século XIX. É verdade que a leitura e interpretação dos filósofos antigos irá responder, desde então, às interrogações e problemas de uma determinada conjuntura filosófica que marca a obra de grandes historiógrafos como E. Zeller, T. Gomperz ou J. Burnet. Mas, à medida que progride a história da filosofia como ciência impõem-se critérios metodológicos de natureza crítica e hermenêutica, sobretudo, no que diz respeito à filosofia antiga, no domínio da filologia, que devem ser obedecidos por todos os pesquisadores e dos quais a obra de G. Reale nos apresenta uma utilização exemplar. Desses critérios nos fala outro grande nome da historiografia filosófica antiga na Itália, há pouco desaparecido, em aulas magistrais recentemente publicadas (Mário Untersteiner, **Problemi di Filologia filosòfica**, a cura de L. Sichirollo e M. Venturi Ferriolo, Milão, Cisalpino-Goliardica, 1980).

A obra de G. Reale nos coloca, mais uma vez, diante do problema da utilidade do estudo do pensamento antigo: simples erudição, diversão intelectual, arqueologia de idéias mortas? Só a incultura pretendidamente autosuficiente ou a ignorância solidamente fechada em si mesma poderiam afirmá-lo. A vida do nosso presente é inseparável do pensamento do nosso passado. Cabe-nos estruturar esse pensamento num processo coerente de interiorização rememorativa (de **Erinnerung** como dizia Hegel) que unicamente nos permitirá questionar nosso próprio presente, suas razões profundas de ser e suas alternativas de destino. A filosofia é, indiscutivelmente, a **forma rectrix**, a **enteléquia**, aristotelicamente falando, da cultura ocidental. Ela nasceu na Grécia e de lá nos chegaram suas primeiras obras. Devemos receber e gerir essa herança como título da nossa identidade e condição da nossa sobrevivência cultural. O estudo do pensamento antigo é uma responsabilidade intelectual que não nos é lícito declinar. A obra de G. Reale é mais um e precioso instrumento posto á nossa disposição para cumprimento desse austero mas gratificante dever.

H. C. Lima Vaz

FREI Betto - *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982, pp. 283, 21cm x 14cm.

Depois que ares liberalizantes tornaram respirável a asfixiante atmosfera política criada pelo golpe de 64 e pelo implacável AI-5, vários exilados e cassados puderam desvendar para o grande público algo das tenebrosas cenas ocorridas nos batidores do regime. Já naqueles negros anos corriam notícias fora e dentro do país, mas aos pedaços, soltas, sem as articulações pensadas e redigidas na tranqüilidade de pós-naufrágio, já em porto calmo. Pudemos ir lentamente, a cada livro que saía, penetrando numa escuridão de horrores que nos as-

sustam, que nos deixam estarrecidos diante das monstruosidades perpetradas, quem sabe, por alguém que freqüentava o mesmo cinema, o mesmo clube, a mesma praia que nós, com aparência mais moral do mundo. Aparecia um novo tipo de profissional, ora vestido com as cores das diferentes armas ou polícias, ora munido de diploma de faculdade ou de cursos de aperfeiçoamento no país ou no estrangeiro, médico, psicólogo, advogado, que em casa mantinha relações afetuosas com esposa e filhos, e nos porões da repressão eram monstros humanos.

Cada novo livro deixava-nos a pergunta: e os dominicanos? As versões que circularam nos jornais, oferecidas pelos órgãos de segurança, são a última palavra sobre tudo o que aconteceu com eles? Claro, algumas coisas nos foram reveladas pelas Cartas da Prisão de Frei Betto ou pelo Canto na Fogueira do mesmo Betto com seus companheiros Ivo e Fernando. Mas faltava-nos, sim, uma versão mais consistente, completa, enquanto a pequena distância dos fatos nos permite ter. Assim, Frei Betto vem com este livro preencher-nos tal lacuna.

Pascal já tinha sentido como "le moi est haïssable". Falar de si é sempre constrangedor, sobretudo para uma pessoa, como Betto, formado na escola cristã da humildade, da modéstia, do silêncio de si. Entretanto na mesma tradição cristã tal barreira odiosa do eu é rompida quando está em jogo a verdade, quando se quer num momento de júbilo de gratidão, como Maria, proclamar as maravilhas de Deus na fragilidade de nossa carne ou quando uma causa maior do que nossa pequenez está em jogo. O livro de Betto vem responder a essas três exigências. Pairava sobre nós a inverdade caluniniosa sobre tantos dominicanos e de modo especial sobre os quatro mais psicológica e/ou fisicamente torturados: o próprio Betto, Ivo, Fernando e Tito. Além disso, eles envolveram-se nesses acontecimentos não por aventura juvenil, equívoco de ótica ou manipulação ardilosa de grupos revolucionários. Estavam em jogo para eles elementos fundamentais de sua fé, de sua compreensão da mensagem evangélica, de sua vivência do Reino de Deus. Tanto mais importante se fazia tal necessidade de explicitar a causa em questão, quanto as suspeitas atingiram alto nas instâncias eclesiásticas, como podemos perceber pela leitura do livro. E finalmente, não há trevas tão densas em que a luz maravilhosa de Deus não penetre. E dos calabouços escuros e terríveis dos DOPS, OBAN, presídios vão emergir esplendorosos testemunhos de solidariedade, de heroísmo, de amor, que espancam soberanamente suas trevas.

Um dos objetivos, portanto, do livro de Betto consiste na reconstrução da verdade sobre fatos e pessoas num período em que a censura e a conveniência de amplos setores da Sociedade Civil impossibilitavam-nos ter acesso a ela. O trabalho requereu, além da atitude ética de compromisso com a verdade, minucioso cuidado de pesquisa, conforme aparece das fontes citadas no fim do livro. Admirável no autor é a tranqüilidade objetiva, que reluz nas narrações. Mesmo sendo um dos protagonistas dos acontecimentos conseguiu traçar-nos deles os contornos com distância serena.

Nessa empresa de redenção da verdade, aprisionada pelas forças da dominação, Betto começa com a memória da Marighella. Não se trata do

panegírico de um guerrilheiro. Nem do retrato provocativo do homem mais temido e procurado pelo regime. É uma memória conspurcada por falsidades que precisa ser purificada pela simples análise de seus escritos, pela exposição de suas idéias, pela narração de atos, com acertos e erros. Nem faltou uma página de beleza lírica dirigida ao amor da companheira. As idéias revolucionárias de Marighella aparecem com clareza em contraste com a posição clássica dos dirigentes do PCB, a que ele pertencia e com que rompeu, criando o movimento da ALN.

O fato central da pesquisa é a relação dos dominicanos com Marighella. Impressiona-nos a tranqüilidade das narrações, onde não se busca apologeticamente inocentar de qualquer envolvimento os dominicanos, como também não se cede às artimanhas da versão oficial. Trabalha com os dados até então verificados e acessíveis. Suficientes para desmentir a trama lógica da versão policial, mostrando-lhe as inconsistências, contradições, omissões, à base dos autos, dos dados oferecidos pela própria polícia. Alguns pontos ainda ficam à espera de esclarecimento, reproduzidos em forma interrogativa.

Ainda neste papel de reconstrução da verdade, mostra-nos a face interna da vida dos presos políticos, sua dimensão humana, seu idealismo, seu compromisso com os pobres até o heroísmo em oposição à imagem monstruosa projetada na grande imprensa. A própria morte trágica de Frei Tito deixa-se esclarecer, enquanto nos é dado penetrar através dos dados acumulados o mistério insondável do coração humano. Sua morte adquire no conjunto da narração o sinal martirial, de uma passagem, de uma "páscoa", de um trânsito para a vida definitiva, adquirida à custa da violência suprema de suprimir dentro de si uma vida entrelaçada inseparavelmente com a presença assassina do torturador. Só a morte pôde livrá-lo da morte presente em si mesmo na introjeção constante do inimigo destruidor. O dossier de Frei Tito já pertence à hagiografia de mártires de nosso Continente, para alimentar-nos liturgias e meditações. Agora enriquecido por discretos toques do irmão de Ordem readquire mais força de penetração e questionamento.

Ainda nesta tarefa de busca da verdade, Betto revela seu amor discreto e sincero à Igreja. Toda vez que uma pessoa da Igreja interfere de modo corajoso e cristão, ele não poupa adjetivos. Veste-a com sua gratidão e admiração. Por sua vez, aqueles personagens de Igreja que Deus sabe lá por que razões, desempenharam um papel covarde, medroso, conivente com as forças da repressão ou no mínimo ingênuo, são retratados sem adjetivação, como se o pudor do autor não quisesse mostrar uma nudez triste. Os fatos são simplesmente relatados na mudez de sua objetividade. O estro profético, aliás justificável, cede lugar à dimensão perdoante de quem compreende a fraqueza humana e não quer sobrecarregá-la mais do que a própria história o faz.

O livro é objetivo, mas não neutro. Dois a-prioris, um teológico, outro político-ideológico, presidem às opções tomadas, decidem sobre os rumos do livro, orientam a verve do autor. Betto colocou-se desde o início na ótica do pobre, como decisão evangélica, como exigência de sua compreensão e prática dentro do Reino de Deus. Deus está do lado dos pobres, dos oprimidos. Fora dessa perspectiva

não se entendem os fatos narrados, sobretudo com respeito à vida dos dominicanos, outros religiosos e cristãos. Sem essa explícita ótica religiosa, aparece, porém, no centro da luta de muitos, dos que são citados no livro, uma afinidade, um amor à causa do oprimido. Talvez o caso mais comovente seja o de Jeová, narrado comovedoramente nas pp. 208/209. Nesse militante, esplende uma paixão pelo oprimido, pelo pobre até o dom de sua vida.

A perspectiva político-ideológica manifesta-se na crença de que o processo transformador da sociedade partirá das classes populares. Sem esses dois pilares, teológico e ideológico, o edifício construído pelas palavras ao longo do livro perde consistência. Betto mostra nos mínimos detalhes seu amor, sua paixão pelo povo pobre, pelas classes populares, numa esperança evangélica e política. Evangélica, porque esse povo está no centro das pregações do Evangelho, identificado ao Cristo. Ideológica porque sua causa deve orientar as estratégias, as políticas, as práticas.

Finalmente, o livro de Betto é um magnificat. Não cantado no embalo dos mistérios gozosos, mas junto à cruz. Um magnificat onde se proclamam as belezas maravilhosas de Deus acontecidas no submundo dos cárceres. Se os campos de concentração nazistas conheceram o esplendor místico de uma Edith Stein, a fé corajosa de D. Bonhoeffer, o dom intrépito de Delpe, os cárceres brasileiros também foram povoados de pessoas do mesmo quilate religioso e heróico. Esse esplendor eclode de dentro das trevas espessas que abateram sobre nosso país nos campos da repressão. Enquanto fora, a burguesia e a eufórica classe média pouco a pouco se inebriava com os benesses do propalado milagre econômico, dentro dos calabouços jovens e homens/mulheres adultos consumiam-se, estiolavam-se, esvaíam-se sob o peso da tortura, dos assassinatos.

Nos momentos em que o autor retrata as finezeas espirituais e os gestos de coragem de pessoas envolvidas por essa trama de morte e vida, seu estilo assume leveza e esplendor, criando páginas dignas de antologia literária. Aliás, todo o livro foi redigido com esmero lingüístico, com beleza estilística, com força de imagens. O leitor é arrastado da primeira a última página pela força do estilo e pela trama interna dos acontecimentos.

No após-guerra, teólogos modernizantes desmitologizaram a teologia católica. Nesse movimento, reduziram o demônio ao mundo mitológico da cultura mesopotâmica. Em grito de protesto, J. Guitton, cristão convicto e membro da Academia Francesa, afirmou categoricamente sua existência e trouxe como argumento decisivo os horrores dos campos de concentração nazista. Quem poderia levar seres humanos, racionais, a cometer tais barbaridades e perversidades, senão um ser inteligente extra-terrestre, a maldade eternalizada, a saber, o demônio?

Ao terminar a leitura do livro de Betto veio-me à mente reflexão semelhante. Uma teologia adocicada, com tintura de moderna, vem esvaziando a força das realidades finais, esfumando o inferno, para concentrar-se tudo num estado único. Por sua vez, as narrativas do heroísmo do martírio de tantos por amor dos pobres de um lado e a perversidade sádica de outros, nos faz pensar na existência de uma eternidade de justiça, de amor de uma parte e sua contra-partida de

injustiça, de ódio. Como pensar eternamente radicalizados numa realidade única, a grandeza oblativa de Jeová e as atrocidades de torturadores ou a hipocrisia rica do colaboracionismo servil ou pior ainda o dinheiro venal sustentador e aliciador de tais atrocidades? Em todo caso, prefiro deixar essas considerações em suspenso, sabendo que o mistério humano, de grandeza e perversidade, é abismal. Mas mais profundo ainda é o mistério do amor salvífico e perdoante de Deus.

J. B. Libânio